

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº
(do Deputado Edinho Bez)

Solicita realização de Audiência Pública para discutir sobre as possíveis retiradas de antenas próximo às escolas no Distrito Federal em atendimento à Lei Distrital nº 3.446/2004.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, representante do ministério das Comunicações; o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, João Batista de Rezende; o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia Móvel – SindiTelebrasil, Eduardo Levy Moreira; representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); diretora-presidente da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – Agefis, Bruna Pinheiro; representante da Associação Brasileira de Infraestrutura de Telecomunicações; o doutor em eletromagnetismo da Universidade de Brasília - UnB, Leonardo Menezes, para discutir sobre as possíveis retiradas de antenas próximo às escolas no Distrito Federal em atendimento à Lei Distrital nº 3.446/2004.

JUSTIFICAÇÃO

Em reunião realizada no último mês de julho, com o Ministério Público

do DF e Territórios (MPDFT), Agefis, representantes da Secretaria de Gestão do Território e Habitação, da Procuradoria-Geral do DF, da Secretaria de Educação e do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel e Pessoal (SindiTeleBrasil). Foi dado o prazo de 15 dias para que as empresas definam cronograma de remoção de equipamentos próximos escolas.

Cabe registrar que a Lei do Distrito Federal que impede a instalação de antenas próximas a escolas desde a sua aprovação, em 2004, é questionada pelas operadoras de telefonia no STF. Elas alegam ser flagrantemente inconstitucional, pois segundo elas, regular sobre telecomunicações é exclusividade da União.

De acordo com o doutor em eletromagnetismo da Universidade de Brasília - UnB, Leonardo Menezes, do ponto de vista tecnológico, as áreas com torres perto de escolas terão dificuldades com o sinal de telefonia móvel. A velocidade de dados poderá ser comprometida não somente nestas áreas, mas em outras, pois haverá uma sobrecarga nas demais torres. Buracos no serviço também poderão ocorrer. Os usuários de internet no celular sentirão o impacto.

Por fim, registro que pretendemos mesmo com a suspensão anunciada pelo Governo do Distrito Federal das antenas, ratifico que precisamos debater a retiradas das antenas tendo o amplo debate acerca de minimizar o máximo o impacto à sociedade brasileira, evitando precedentes, caso projeto similares sejam aprovados em outros Estados brasileiros. É notório a insatisfação da população brasileira com os serviços prestados pelas operadoras. No entanto, cabe ressaltar que em várias cidades brasileiras, instalação da infraestrutura necessária para os serviços de telefonia muitas vezes fica a mercê da burocracia ou em legislações municipais produzidas sem nenhuma fundamentação técnica ou jurídica.

Também tenho questionado sobre est assunto. Vale lembrar que fui presidente do grupo de Trabalho voltado para melhorar a qualidade dos serviços na área de telefonia prestados à população. Inclusive participando de grandes eventos aqui no Brasil e em outros países e que não se questiona

mais as instalações de antenas pelas prefeituras e alvarás ambientais. Objetivando sanar estas dúvidas o mais rápido possível, pois visto muita gente falando de algo que não conhece inclusive alguns profissionais de imprensa. Lembrando ainda que o Brasil faz parte da organização mundial de Saúde.

Sala da Comissão, em de agosto de 2016.

Edinho Bez

Deputado Federal (PMDB-SC)